

O nome do Instituto de Planejamento de Petrópolis

Sergio Benicio Whatley Dias

Existe um ditado, largamente difundido nos meios de comunicação, que preconiza: "Se a lenda for maior que o fato, divulgue-se a lenda". Ou seja, em determinadas circunstâncias, a verdade poderá ser descartada em benefício do mito, porque este assume um aspecto mais atraente, mais romântico, ou mais conveniente. Em algumas situações este desvio pode parecer inofensivo, porquanto ajuda a promover uma determinada imagem, edulcorando alguns aspectos sem prejudicar ninguém, pelo menos na aparência. Em outros, sobretudo quando se tratar da produção de estudos envolvendo o interesse social e o seu desenvolvimento, a distorção da verdade sobre acontecimentos fundamentais e históricos da formação de uma cidade afeta a percepção do real no nível da memória coletiva e embaralha os dados para análise e produção de uma ação eficaz. No planejamento urbanístico, esta visão falseada da História induz à proposição de soluções inócuas que não correspondem aos problemas concretos, além de provocar efeitos perversos.

No presente momento, o Executivo petropolitano, com a colaboração de setores da sociedade civil organizada, prepara-se para criar uma autarquia autônoma ligada à administração municipal sob a forma de Instituto, para tratar dos temas ligados à expansão urbana no Município. Sem dúvida uma sábia e oportuna iniciativa. A mencionada entidade, entretanto, pretendendo constituir-se como um núcleo de excelência na matéria, está para ser denominada "Instituto Koeler", homenageando este personagem por seus supostos dotes de urbanista, aplicados na autoria do projeto da cidade. A deferência desconsidera a inexistência de comprovação documental ou histórica apoiando como tal sua participação na implantação de Petrópolis. Toma por base um pretenso "Plano Koeler", representado por um desenho intitulado "Planta de Petrópolis" datado de 1846, cujo original não se sabe onde se encontra e nunca foi **visto por** ninguém, sendo sempre apresentado sob a forma de fac-símile, impossibilitando a análise acurada e a atestação de sua autenticidade. Pode-se especular que se tal documento existisse de fato, estaria exposto em uma instituição que tratasse da memória petropolitana. Um detalhe que merece atenção, é que naquela data (1846), o local não era ainda conhecido como Petrópolis, sendo denominada Fazenda Imperial nos documentos oficiais. Este pormenor pode indicar que a referida planta foi elaborada posteriormente para dar consistência ao embuste.

Ao difundir candidamente esta alegoria, instaura-se a mitologia como paradigma e na sequência, se prejudica a credibilidade do Instituto. Os primeiros historiadores que se debruçaram sobre a criação de Petrópolis, o mencionam apenas como beneficiário do arrendamento das terras do Córrego

Seco ou Rancho da Farinha, como também se chamava o local – e não foi o primeiro - em 16 de março de 1843, através do Decreto Imperial nº 155 que, este sim, regulamentava as condições de ocupação territorial para a instalação de uma empresa colonial – a Fazenda Imperial, objetivando o desenvolvimento econômico da área. Este Decreto foi em seguida complementado e detalhado por documentos oficiais elaborados pelo Mordomo Paulo Barbosa, firmados respectivamente em junho e outubro daquele ano. Uma experiência similar já vinha sendo levada a efeito em Nova Friburgo, por iniciativa do mesmo cidadão. Vale ressaltar que o cargo de Mordomo da Casa Imperial, equivalia ao de Chefe da Casa Civil em nossos dias. Os citados documentos estabeleceram as normas edilícias e demais parâmetros básicos de uso do solo. Não consta, na historiografia da Casa Imperial, que o Major Julius F. Koeler participou de alguma maneira na redação destes contratos para o arrendamento. Apoiando este ponto de vista, Júlio Ambrozio no seu livro *Petrópolis – O presente e o passado no espaço urbano, uma história territorial*, informa que: “Em 26 de junho de 1843, foi assinado outro documento, complementar, estabelecendo as regras de arrendamento da fazenda de Pedro II a Julio Koeler, apenso que indicava as normas gerais para a concessão da fazenda da Casa Imperial, constituindo parte integrante do decreto anterior ou instrumento particular assinado no mês de março de 1843. É patente nesta *Escriptura de Arrendamento*, elaborada por Paulo Barbosa e composta de 16 artigos, o poder territorial da Casa Imperial sobre o seu solo serrano; o arrendatário Koeler, sob esse ângulo, foi tão somente administrador da fazenda; um **capataz privilegiado ou comissário da Mordomia** com alguns benefícios, dentre esses – já que arrendatário cobrador de foro – o direito a 10% de tudo que recolheria à Casa Imperial”. A partir desta situação e na condição de agrimensor, lhe foi encomendado que estabelecesse a repartição no território dos prazos de terra que compunham o projeto de colonização imaginado por Paulo Barbosa.

A concepção do mito de uma cidade alemã, projetada por um alemão e habitada por alemães, começou nos anos 40 do século passado, coincidindo com a moda da arquitetura em estilo falso enxamel, inaugurado no Hotel Cassino de Quitandinha e que tornou-se a “coqueluche” nas construções residenciais de Petrópolis. No início dos anos 1950, com o recém-criado folclore do urbanista se consolidando nos corações e mentes petropolitanos, foi erigido em frente à Catedral um monumento ao Koeler fundador de Petrópolis, balizando a fantasiosa versão em pedra e cal. Como a mentira tem pernas curtas, por falta de atenção ou mediocridade na construção do mito Koeler, este marco ajuda a desmascarar a enganação. Em um de seus flancos, em relevo de bronze, representa a encenação do que teria sido a fundação da cidade no dia 16 de março de 1843, retratando o Imperador homem adulto, exibindo uma bem cuidada barba e portando uniforme de gala, com dragonas e medalhas, entregando pessoalmente um pergaminho ao Major Koeler. Uma

vez que Pedro II nasceu em dezembro de 1825, tinha naquele dia pouco mais de dezessete anos e três meses de idade, evidenciando a falsidade da imagem. Por outro lado, é pouco provável que tal solenidade tenha ocorrido, afinal tratava-se de acontecimento administrativo corriqueiro: a assinatura de um simples contrato de arrendamento. Pode-se mesmo indagar se o Imperador e o Major Koler alguma vez se encontraram pessoalmente, pois somente após 1850, com Koeler morto, Pedro II passou a interessar-se por sua propriedade serrana.

Palácios de verão para as monarquias europeias era uma tradição. Os Bragança em Portugal veraneavam no Palácio da Pena 'Paço Real, ambos em Cintra, perto de Lisboa. No Brasil, desde Dom João VI, a Família Imperial, passava seus verões no Convento Jesuíta de Sta Cruz, no Rio de Janeiro, tentando, sem muito sucesso, se livrar do calor de São Cristóvão. Em 1850, Dom Afonso, primeiro filho do Imperador, tinha dois anos e a Família Imperial estava desde o Natal em Sta Cruz, quando, sem motivo aparente, o infante morreu no seu berço. O monarca ficou desolado e tomou horror pelo Convento, decidindo nunca mais ali voltar. Na sequência desta tragédia pessoal, começou a cogitar sobre a possibilidade de aproveitar a Fazenda Imperial como refúgio de verão. A construção do Palácio Imperial, como se sabe, foi concluída em 1856. A partir deste ano pode o Imperador usufruir e afeiçoar-se por sua residência serrana.

Ao traçar uma breve linha do tempo para o envolvimento de Koeler na empresa colonial, verifica-se que: 1) antes da promulgação do Decreto Imperial nº 155, exerceu o cargo de administrador da Fazenda Imperial e provavelmente por já ocupar este posto, foi convocado pelo Mordomo Paulo Barbosa para participar do projeto; 2) de março de 1843, quando arrendou a fazenda Córrego Seco até junho de 1845, data da chegada dos primeiros colonos alemães, nenhuma providência havia sido tomada no sentido de implementar a empreitada; 3) em 1846, depois de adquirir a fazenda Quitandinha, recindiu o arrendamento firmado em 1843, pretendendo incluir esta sua nova propriedade no projeto colonial em curso e 4) em 1847 foi vítima de um peculiar acidente fatal por arma de fogo, onde o responsável pelo inquérito encobriu o nome do autor do disparo mortal, até hoje desconhecido, “para não constrange-lo”, segundo relata Antonio Izaias da Costa Abreu no seu “A morte de Koeler – a tragédia que abalou Petrópolis”.

Quanto ao desenho da planta de Petrópolis, pomposamente apelidado “Plano Koeler” e supostamente executado a pedido do Monarca, é uma representação servindo mais para um loteamento do que de um projeto urbanístico, pois não se faz acompanhar por memória descritiva, especificações ou de instruções para o uso do solo. Assim mesmo, teve que ser refeito duas vezes para adequar-se à realidade. Aquelas regulamentações, como já se viu, foram de autoria do Mordomo Paulo Barbosa e impostas ao arrendatário. Na verdade,

não se conhece qualquer texto técnico sobre o desenho da cidade cujo autor tenha sido o Major, o que constitui um caso único na história do Urbanismo. Na opinião de alguns, o plano de ocupação inicial foi elaborado por Otto Reimarus que depois, em 1854, o refez para conforma-lo às modificações ocorridas territorialmente, sendo dele a sugestão de nomear os quarteirões com o nome de regiões da Alemanha, pois os colonos que os ocupavam eram alemães. O major Taunay, em 1861 executou mais uma planta dos quarteirões coloniais. Desta forma, mesmo considerando-se a autenticidade da planta de 1846, verifica-se que foram três os “riscos” para a implantação da cidade. Como todo povoado colonial, Petrópolis inicialmente um amontoado de casas rústicas, originou-se de um curato em 1845, subordinado a São José do Rio Preto e no ano seguinte, foi criada a Paróquia de São Pedro de Alcântara, vinculada à Vila da Estrela. Em 1857 foi elevado a município e cidade. O Imperador, alheio às motivações originais da formação de Petrópolis, não desejava essa mudança de status, pois sabia que nessa condição haveria uma administração municipal interferindo nas suas relações com a cidade. O Coronel Amaro Emílio da Veiga, deputado na Assembléia Provincial, depois de duas tentativas sem sucesso por interferência do próprio Imperador, conseguiu aprovar o seu projeto “... elevando a povoação à categoria de cidade, revogando-se as leis em contrário.” Pedro II ficou enfurecido e retaliou, determinando que o Cel. Veiga retornasse ao Exército, impedindo que ele assumisse a presidência da Assembléia Legislativa de Petrópolis, para a qual tinha sido o candidato mais votado nas primeiras eleições municipais. O Monarca, entretanto, a partir do início dos anos 1870 foi obrigado a conviver com a fábrica São Pedro de Alcântara, construída a menos de 500 metros de seu Palácio de Verão.

O aspecto mais lesivo da falsidade deste mito é que ele ofusca a grandeza e o caráter inovador dos verdadeiros motivos para os quais a cidade foi idealizada. O Mordomo Paulo Barbosa, espírito liberal e presciente, era contra a escravidão e nesta condição, prestou relevantes serviços ao Império. A sua participação na fundação de Petrópolis foi central e decisiva. Elaborou um plano para fundar um assentamento que compreendia a doação de terras da Fazenda Imperial a colonos livres, que iriam não só levantar a nova povoação, mas, também, seriam produtores agrícolas. Em janeiro de 1845, colocou na Bolsa de Valores as ações da Companhia Colonial, criada por ele, para a execução de seus planos e projetos. As ações da Companhia foram vendidas em quatro meses e dois meses após, a 29 de junho, começaram a chegar os imigrantes alemães para se instalarem e começar o trabalho. Com recursos financeiros e mão de obra livre, a construção da povoação estava assegurada. Assim nasceu Petrópolis com a mentalidade de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, num País cuja economia ainda se baseava na escravatura. **Este foi o seu grande mérito, que a destacou das demais cidades brasileiras.** Além disso, os governos provinciais de Caldas Vianna, em 1843, e Aureliano Coutinho, em 1845, deram apoio ao revolucionário plano de criação

de uma cidade cuja produção econômica era isenta da vergonha da escravidão. Esta Petrópolis foi imaginada pelo Mordomo Imperial, e esta memória deve ser resgatada.

O presente arrazoado não pretende absolutamente negar a participação nem a responsabilidade do Major Julius F. Koeler como partícipe na criação de Petrópolis, mas dimensiona-las corretamente na História. Neste sentido e neste caso particular, o nome do Instituto deve ser impessoal, pois se não criticar o mito e a falsidade dele, o consolidará. E o passado falseado será a pior companhia que pode ter em seu caminho.